

CÂMARA MUNICIPAL DO MARCO DE CANAVESES

EDITAL Nº 13/2026

(Gestão de combustível)

Dr.^a Cláudia de Abreu Amorim, Chefe de Divisão de Assuntos Jurídicos e Fiscalização, da Câmara Municipal do Marco de Canaveses. -----

---- **Faz saber que**, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 112º do Código de Procedimento Administrativo, e atento ao princípio do dever da intervenção preventivo a título de ação direta (artigo 336.º do Código Civil) e o facto do(s) notificando(s) ser(em) desconhecido(s) no que respeita ao(s) proprietário(s) do terreno situado nas traseiras do Edifício Piazza, na Av.^a Principal, entre os n.ºs 191 a 225, freguesia de Bem Viver, deste concelho, pelo Serviço de Fiscalização foi verificado que o mencionado terreno se encontra com vegetação não gerida, suscetível de afetar a salubridade do local e de provocar risco de incêndio. -----

----Assim, por despacho da Exm.^a Senhora Presidente da Câmara, Dr.^a Cristina Vieira, de 10/04/2025, fica pelo presente Edital, notificado(s) o(s) proprietário(s) do terreno, **para até ao dia 30 de abril do corrente ano, proceder(em) ao corte remoção/eliminação da vegetação arbustiva, numa distância de 50 cinquenta) metros a contar da alvenaria exterior da habitação ali existente, uma vez que o mesmo se encontra em incumprimento do disposto no artigo C/1-27.º n.º 2, do Código Regulamentar do Município do Marco de Canaveses, publicado no Diário da República. 2.ª Série, n.º 173, de 7 de setembro de 2009.** -----

----Caso não seja realizada a limpeza no prazo supra mencionado, irá o município proceder aos trabalhos de forma coerciva, desencadeando os mecanismos necessários ao ressarcimento da despesa efetuada e tomando posse administrativa do terreno, conforme o disposto no n.º 10 do artigo 49.º e 58.º do citado Decreto-Lei, n.º 82/2021, de 13 de outubro, sendo que o incumprimento dos deveres de combustível, constitui contraordenação, punível com coima graduada entre € 3,74 e € 3.740, no caso de pessoas singulares, sendo o montante máximo da coima elevado a €42.600. para pessoas coletivas. -----

--É conferida ao(s) proprietário(s) a possibilidade de se pronunciar, no prazo de 10 dias úteis, sobre o teor do projeto de decisão constante do presente edital, nos termos dos artigos 121º e 122.º do Código de Procedimento Administrativo. Findo este prazo de audiência prévia, sem qualquer pronúncia, presume-se a aceitação do projeto de decisão constante deste edital, transformando-se este, automaticamente em decisão final. -----

---Para constar se publica o presente e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do estilo, bem como na internet, no sítio institucional do Município. -----

CÂMARA MUNICIPAL DO MARCO DE CANAVESES



Marco de Canaveses e Paços do Concelho, 02 de fevereiro de 2026

A Chefe de Divisão de Assuntos Jurídicos e Fiscalização
Por despacho n.º 13/VER/2025 de 06 de novembro

(Cláudia de Abreu Amorim, Dr.ª)